

FIDES REFORMATA 5/2 (2000)

Paul Hoffmann, *A Herança de Jesus e o Poder na Igreja* (São Paulo: Paulus, 1998), 146 pp. Trad. por Edwino Royer do original em alemão *Das Erbe Jesu und die Macht in der Kirche*.

O autor é alemão, leigo católico praticante e professor emérito de teologia na Universidade de Bamberg, Alemanha. A inspiração para esta obra nasceu das missas comunitárias de domingo à noite das quais o autor participava com seus estudantes, onde teve um vislumbre de como poderia ser uma comunidade cristã, “se existisse” (p. 9).

A tese do livro é que a hierarquia de poder hoje existente na Igreja Católica Romana originou-se de séculos de concubinato com o poder e distancia-se demasiadamente do conceito de Reino de Deus pregado por Jesus, como um reino de bondade incondicional e livre das coações de uma tradição pervertida (p. 36). Em outras palavras, este livro é um ataque contundente, sério e muito bem articulado teologicamente contra o conceito do papado, da hierarquia romana e do autoritarismo eclesiástico, feito por um católico praticante.

Hoffmann é um erudito do Novo Testamento comprometido com o método histórico-crítico e com a leitura do Novo Testamento feita pela teologia da libertação, como acontece com boa parte da erudição bíblica católica europeia após o Concílio Vaticano II. A ferramenta que ele emprega para interpretar os Evangelhos é a crítica da forma. Sua análise das cartas de Paulo, bem como do livro de Atos, segue a interpretação liberal tradicional de que foram escritos — à exceção de Romanos, Gálatas, 1 e 2 Coríntios — no final do século I ou, provavelmente, no século II. Tal abordagem hermenêutica é aceita por Hoffmann sem contestação e às vezes de uma forma tão ingênua como se ele não soubesse que essa escola crítica tem sido questionada seriamente na própria comunidade acadêmica europeia de estudos bíblicos.

No capítulo 1, Hoffman procura reconstruir a “herança de Jesus,” que teria sido a comunidade modelo por ele fundada. Jesus foi um profeta, um religioso que viveu à margem do judaísmo tradicional, guiado por uma nova experiência de Deus, seu Pai. A mensagem de Jesus, ao contrário da mensagem escatológica de João Batista, anuncia a presença imediata e inicial do reino de Deus, da qual tomou consciência através de uma experiência visionária, como um apocalíptico, na qual viu Satanás cair do céu (pp. 16-17). Jesus se via como expoente no processo libertador em que Deus vem resgatar a humanidade das forças satânicas. O reino de Deus está despontando agora, em um mundo dominado por essas forças malignas. Jesus anuncia a mensagem da ação salvífica de Deus especialmente a dois grupos: os pobres e os pecadores. A eles é oferecido o dom de Deus, o qual não exigia conversão, não impunha condições, perdoava e aceitava a todos — este era o escândalo que a mensagem de Jesus provocava, além de sua associação com esses grupos. A bondade de Deus é ofertada a todos os homens gratuitamente e eles são antecipadamente perdoados de seus pecados (pp. 24-25).

Hoffmann conclui que a nova liberdade prometida por Jesus não é somente da tradição religiosa, mas do dinheiro e da posse. Ele visava construir uma sociedade em que a dominação de uns homens sobre os outros fosse substituída pelo serviço mútuo incondicional, em que as relações humanas fossem caracterizadas, não pela competição, mas pela reciprocidade viva, em que o homem renunciasse a tornar-se juiz de outro e a mulher recebesse direitos iguais aos dos homens de acordo com a criação (pp. 30-31). Tal comunidade, segundo Hoffmann, estaria baseada no mandamento do amor, entendido

como sendo a cessação absoluta da dominação de um sobre outro. A atitude de Jesus em tentar o novo diante de um mundo dominado pelo egoísmo e autoritarismo serve de inspiração e exemplo a tantos quantos na história se arriscam a apresentar um contraprojeto de um mundo novo, onde não temos que ser maus para sobreviver. Aqui Hoffmann parece justificar sua luta contra a hierarquia romana.

No capítulo 2 Hoffmann procura mostrar como o modelo atual da Igreja Católica Romana, com sua hierarquia, distanciou-se radicalmente da herança de Jesus. Utilizando-se da interpretação da história da Igreja antiga feita por Max Weber, Hoffmann aponta como a comunidade de Jesus, a princípio profética-carismática e livre de uma estrutura institucional, veio a tornar-se uma estrutura eclesiástica hierocrática já no século II, onde o carisma pessoal foi substituído pelo carisma oficial (ofício), desembocando, finalmente, numa burocracia ditatorial baseada no dogma do primado jurisdicional do papa, no século XIX, que é o modelo atual da Igreja Católica (pp. 39-40). Longe, porém, de resignar-se diante dessa situação crítica, os cristãos católicos romanos, especialmente os pregadores do Evangelho, devem entregar-se ao resgate da herança de Jesus, uma aventura de cujos riscos todos devem estar conscientes. A proposta de Hoffman é que, considerando que a atual forma da Igreja Romana é condicionada pelo tempo e pela relatividade histórica, se faça um trabalho renovador nas comunidades católicas em busca de uma nova forma que expresse mais adequadamente a herança de Jesus e que seja mais apropriada ao homem moderno (pp. 40-41).

Nesse mesmo capítulo, Hoffman questiona o modelo pastoral adotado pela Igreja Católica, baseado na hierarquia de presbíteros. Para ele, esse falso modelo se desenvolveu a partir das cartas Pastorais (1 e 2 Timóteo e Tito), que ele reputa como obras espúrias escritas em nome do apóstolo Paulo, datadas do século II. O autor destas três cartas era um homem da Igreja, que projetou nelas seu modelo ideal para que a Igreja sobrevivesse às crises que já se haviam instalado no século II. Nessas cartas já se percebe a autoridade hierárquica sobrecarregada de trabalho, uma descrição do presbítero baseada no modelo patriarcal de família, com esposas submissas, filhos comportados, escravos obedientes e uma comunidade tutelada sem vez e nem voz, sem carisma e sem o Espírito. Esse modelo, continua Hoffmann, haveria de prevalecer como forma de estabilizar as crises internas das comunidades cristãs, mas, sem querer, o autor das Pastorais estava profetizando o nascimento da Igreja hierárquica. Hoffmann propõe um retorno da Igreja Católica ao modelo paulino de comunidade plural e solidária, como modelo alternativo para oferecer uma estrutura social à herança de Jesus nos tempos modernos (pp. 48-49).

O capítulo 3 intitula-se "A Alternativa Reprimida." Hoffmann o inicia com a declaração de que Mateus 16.18ss não é prova bíblica para o papado e que foi somente no século III que começou a ser usada pelo bispo de Roma para justificar sua reivindicação de chefia de toda a Igreja. Mesmo assim, foi somente no Concílio Vaticano I que o bispo de Roma impôs-se totalmente, mas o conceito nunca foi aceito pela Igreja Oriental e continua a ser questionado pelas igrejas reformadas (pp. 50-51). A estrutura "monoepiscopal" não é bíblica, mas desenvolveu-se gradativamente, à medida que o movimento de Jesus passava de uma feição carismático-pessoal livre para a autoridade hierárquico-institucional.

A reconstrução que Hoffmann faz da história dessa mudança baseia-se no pressuposto de que Efésios, as Pastorais e o livro de Atos foram escritos por volta do final do século I e início do século II. Partindo dos escritos de Paulo que considera autênticos, Hoffmann procura mostrar que as igrejas paulinas eram a princípio lideradas por um grupo de

pastores ou anciãos portadores dos carismas do Espírito (o modelo é a igreja de Corinto). Na segunda metade do século I as funções de direção ganham outro perfil com o surgimento dos pastores, conforme Efésios 4.11 e a Didaquê do início do século II. Presbíteros e diáconos substituíram os apóstolos itinerantes, formando *colegiados*, conforme atesta o material produzido nesta época, como Atos dos Apóstolos, 1 Pedro, Tiago, 1 Clemente e mais tarde o Pastor de Hermas. Além desse formato, havia outros modelos, que Hoffmann procura deduzir do Apocalipse, Evangelhos de João e de Mateus e outros, partindo do pressuposto de que foram escritos no século II e que refletem diferentes modelos de comunidade.

O passo seguinte foi a imposição do cargo de bispo, ocasionada pelo isolamento social, a difamação e as perseguições do Estado. Além disso, contribuíram ainda problemas internos como lutas pelo poder e falsas doutrinas como o gnosticismo. Mas o fator decisivo, segundo Hoffmann, foi a demora da *parousia*, o que obrigou a Igreja a organizar-se permanentemente na sociedade e na história. Surge o modelo de ordem patriarcal-conservadora na Igreja, inspirado no modelo patriarcal de família e pela estrutura administrativa do Império Romano, com César no ponto mais alto da pirâmide. As cartas pastorais já refletem essa mudança ou, pelo menos, esse ideal. A legitimação teológica veio de Inácio de Antioquia, ao defender que um único bispo como delegado do Deus único para garantir a unidade da comunidade (p. 58).

Hoffmann aceita que a adoção dessa estrutura de autoridade hierárquica era inevitável diante do momento em que a Igreja vivia e serviu bem ao seu propósito; não devia, porém, ter sido perpetuada, pois trouxe a depreciação da mulher, a repressão generalizada dos dons carismáticos em favor de um único cargo que avoca a si todas as competências, a divisão da Igreja entre clérigos e leigos, a substituição do anúncio profético por uma tradição cada vez mais petrificada e a perda da verdadeira unidade da Igreja (p. 59). Ele propõe como alternativa o modelo de igreja perceptível na comunidade de Corinto, carismática, plural e solidária, defendendo o modelo paulino de igrejas como tendo sido a melhor interpretação da comunidade proposta por Jesus.

No capítulo 4 Hoffmann critica a tentativa de justificar-se teologicamente a estrutura de autoridade hierárquico-eclesiástica da Igreja Católica que apela para a "intenção de fundação de Jesus." Ele alerta para o fato de que havia muitas e diferentes formas de comunidades cristãs e que a Igreja Católica existente hoje é apenas uma entre outras, que prevaleceu por questões históricas e sociais que não mais existem. Portanto, não há como justificá-la teologicamente e muito menos justificar sua permanência nos tempos modernos. Em seguida, Hoffmann volta ao assunto do capítulo 1 lembrando que o reino de Deus anunciado por Jesus traz duas máximas para a realização da Igreja: relacionamento direto com Deus e liberdade de qualquer dominação. A comunidade idealizada por Jesus era, portanto, uma comunidade solidária de pessoas livres, cujo ideal ficou refletido nas palavras de Paulo em Gl 3.28, de que em Cristo não há mais distinção entre as pessoas. Para Hoffmann, esse ideal era vivido nas igrejas cristãs, embora não perfeitamente (até Paulo havia errado ao exigir que as mulheres de Corinto usassem o véu!, p. 86). E assim, num rasgo de protestantismo, o professor católico passa a provar que não existe no Novo Testamento o conceito do sacerdote humano como mediador entre Deus e os homens. Todos os crentes exercem o sacerdócio. O único mediador entre Deus e os homens é Jesus Cristo (p. 96).

No capítulo 5 o autor investiga a concepção de comunidade e de seus líderes dentro da perspectiva do Novo Testamento e busca uma forma de serviço sacerdotal que corresponda melhor ao paradigma neotestamentário, ao mesmo tempo em que se engaja

numa crítica contundente ao papado. Hoffmann destaca que a Igreja do Novo Testamento é "povo de Deus a caminho" (p. 100) e, portanto, com pluralidade de formas históricas teologicamente legítimas. O fundamento da idéia central da comunidade cristã é a superação das estruturas de dominação que determinam o mundo, em favor de uma configuração livre de dominação, na qual cada um se torna irmão e irmã do outro. Este ideal de fraternidade marca todas as exortações feitas às comunidades cristãs primitivas. E como povo de Deus a caminho, deve ser sempre um sistema aberto. Em seguida, Hoffmann defende de forma contundente que o conceito do sacerdote romano como mediador entre Deus e o homem não é bíblico. Só Jesus Cristo ocupa essa função. O que deve existir nas comunidades é uma relação pastor-ovelhas, na qual o pastor serve pela fé. Autoridade é serviço, o qual se expressa através dos dons carismáticos. Assim, a burocracia ditatorial da autoridade máxima da Igreja Católica (o papado) vai contra o Novo Testamento e no mínimo contradiz o espírito do Vaticano II (p. 110). Hoffman desenvolve em seguida algumas exigências mínimas que considera perfeitamente viáveis para que a Igreja Católica atual expresse mais adequadamente a herança de Jesus. Entre elas, o colegiado de bispos, a participação dos leigos na direção da Igreja, a eleição dos bispos, a descentralização, uma maior transparência e uma abertura para que os dissidentes (como ele próprio) possam se expressar com segurança. O livro termina com o desejo do autor de ver a Igreja papal retornar à Igreja católica (universal). Nessa parte ele desabafa contra os sofrimentos e perseguições que vem sofrendo por defender esse ponto de vista.

Há alguns pontos positivos nesse livro. Destaco apenas um, que é sua tese principal: a atual estrutura hierárquico-eclésiástica da Igreja Católica representa um profundo desvio do padrão bíblico de igreja. Os evangélicos certamente irão identificar-se com diversos argumentos apresentados por Hoffmann, que apesar de não ser original, traz questionamentos interessantes em diversas passagens do Novo Testamento.

Há também vários pontos negativos na obra. O primeiro deles é, obviamente, o tratamento preconceituoso que Hoffmann dá ao Novo Testamento, utilizando-se do método histórico-crítico como uma ferramenta para estabelecer sua tese e para descartar tudo aquilo que seja contrário a ela, como, por exemplo, as cartas Pastorais e o livro de Atos, os quais contêm o que ele considera como os protótipos da hierarquia católica. Ele reconstrói a história da igreja antiga rejeitando todos os documentos do Novo Testamento que testificam em favor da antiga instituição do ofício de presbítero. Quando não rejeita, vê acréscimos secundários e alterações no texto bíblico em toda parte, mesmo quando não existam sequer variantes textuais (ver pp. 22, 56-57). Esse tipo de abordagem é típico de eruditos comprometidos com o método histórico-crítico, que após estabelecer uma hipótese de trabalho, eliminam com a "tesoura" da crítica todas as passagens que lhe são contrárias, procurando desclassificá-las como espúrias, acréscimos, interpolações, edições, etc.

Em segundo lugar, Hoffmann realmente não traz nenhuma contribuição para o melhor entendimento dos Evangelhos. O seu Jesus profeta aproxima-se da reconstrução do Jesus histórico feita por Dominique Crossan, do *Jesus Seminar*. A mensagem de Jesus é interpretada por Hoffmann em termos do existencialismo e corresponde parcialmente às teses já bem desgastadas de Rudolph Bultmann defendidas em meados do século XX. Hoffmann apoia-se também na obra do sociólogo Max Weber para identificar os fatores sociológicos que levaram à gênese do movimento marginalizado iniciado por Jesus (pp.

15, 37-38, etc.).

Em terceiro lugar, devemos entender que Hoffmann está reagindo ao sistema hierárquico de autoridade da sua Igreja. Isto provavelmente o leva a negar a existência no Novo Testamento de qualquer sistema de autoridade eclesiástica. Entretanto, isto só é possível se tirarmos do cânon as Pastorais, Efésios e o livro de Atos, que é efetivamente o que Hoffmann acaba fazendo. Não que esses livros defendam um modelo de liderança eclesiástica baseada na autoridade de um só homem — mas certamente revelam, com as demais cartas, que desde cedo as igrejas cristãs adotaram o sistema de eleger homens capacitados espiritual e moralmente para o exercício da liderança e da autoridade eclesiástica. Havia o dom da presidência (Rm 12.8; ver “governos” em 1 Co 12.28) e os que presidiam as comunidades (1 Ts 5.12). A carta aos Hebreus menciona os guias aos quais a comunidade deveria obedecer e ser submissa (Hb 13.17; ver também 13.7 e 24). No livro de Atos os presbíteros aparecem ao lado dos apóstolos tomando decisões para a Igreja inteira (At 15.23; 16.4). E evidentemente nas Pastorais os presbíteros são ordenados para governar as igrejas locais. Entretanto, nada há nessas passagens que pudesse dar origem ao desenvolvimento do papado, a não ser uma exegese capciosa. Hoffmann reage muito radicalmente contra o sistema presbiterial refletido no Novo Testamento, como se o mesmo fosse responsável pelo surgimento da hierarquia autoritária da Igreja Católica.

Em quarto lugar, o contexto de Hoffmann é a Igreja Católica da Alemanha, subvencionada pelo governo, na qual todos os clérigos são empregados do Estado. Portanto, alguns pontos do livro se tornam ininteligíveis para o leitor brasileiro, pois no Brasil a situação é outra (p. 75). Caberia ao menos uma nota explicativa do tradutor ou até mesmo, com permissão do autor, deixar de fora o que for estritamente peculiar ao ambiente alemão.

Por fim, mencionaria ainda que Hoffmann repete a incoerência de muitos críticos radicais, que começam negando a possibilidade de se recuperar o Jesus histórico, soterrado pelo Cristo da fé, para em seguida fazer confiantemente a sua própria reconstrução. Hoffman começa o livro defendendo que o Jesus da história não é mais diretamente acessível nos evangelhos (pp. 11-12), mas logo em seguida passa a demonstrar que o Jesus histórico era um profeta e um religioso à margem do judaísmo tradicional (p. 13). Se os Evangelhos não nos dão um retrato confiável do Jesus histórico, quais as fontes que Hoffmann têm, além deles, para reconstruir sua mensagem e especialmente a sua herança, que é o tema de seu livro?

Recomendo o livro para estudantes de teologia interessados em ver como os liberais católicos usam o método histórico-crítico para provar teses que os protestantes conservadores vêm sustentando desde a Reforma sem negar a doutrina da inspiração e da autoridade de todo o cânon do Novo Testamento. O livro é também uma amostra excelente de como a crítica bíblica aproximou estudiosos católicos e protestantes após o Concílio Vaticano II, dando ímpeto ao movimento ecumênico. Com o fim do método histórico-crítico, profetizado por Gerhard Maier em seu monumental trabalho *Das Ende der historisch-kritischen Methode* (1974), e com o fim do movimento ecumênico, este ímpeto tende a fenecer. E quanto mais cedo, melhor.

— Augustus Nicodemus Lopes